

Colégio  
00001Sala  
0001Ordem  
0001

Abril/2018

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE****Concurso Público para provimento de cargos de  
Analista Legislativo – Área Saúde e Assistência Social  
Especialidade Assistência Social**Nome do Candidato  
Caderno de Prova 'F06', Tipo 001Nº de Inscrição  
MODELONº do Caderno  
TIPO-001Nº do Documento  
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA****Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva-Estudo de Caso****INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Entender o passado ajuda a melhorar o presente e o futuro.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE**

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto seguinte – parte do prefácio de um livro de sociologia em que o autor se dedicou ao estudo da cultura popular.

**[Linguagens e culturas]**

*Este livro estuda as modificações que se deram na cultura das classes populares ao longo das últimas décadas, de modo especial aquelas que podem ser atribuídas à influência das publicações de massa. Creio que obteríamos resultados muito semelhantes caso tomássemos como exemplos algumas outras formas de comunicação, como o cinema, o rádio ou a televisão.*

*Penso que tenho sempre tentado dirigir-me principalmente ao “leitor comum” sério ou “leigo inteligente” de qualquer classe social. Não significa isto que eu tenha tentado adotar qualquer tom de voz específico, ou que tenha evitado o uso de quaisquer termos técnicos, para só empregar expressões banais. Escrevi tão claramente quanto o permitiu a minha compreensão do assunto, e apenas usei termos técnicos quando me pareceram susceptíveis de se tornarem úteis e sugestivos.*

*O “leigo inteligente” é uma figura vaga, e a popularização uma tarefa perigosa; mas parece-me que aqueles de nós que consideram uma urgente necessidade escrever para ele devem continuar a tentá-lo. Porque um dos mais nefastos aspectos da nossa condição cultural é a divisão entre a linguagem dos peritos e o nível extraordinariamente baixo daquela utilizada nos órgãos de comunicação de massa.*

(Adaptado de: HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura**. Trad. de Maria do Carmo Cary. Lisboa: Editorial Presença, 1973.)

1. Ao introduzir um livro no qual estudará o efeito das publicações de massa sobre a cultura das classes populares, o autor preocupa-se, inicialmente, com
  - (A) a complexidade do tema, cuja importância pode até mesmo ser menosprezada por algum leitor preconceituoso, algum “leigo inteligente”.
  - (B) a complexidade da linguagem a utilizar, uma vez que buscará evitar tanto uma terminologia técnica como expressões excessivamente simplificadoras.
  - (C) as controvérsias envolvidas na discussão do tema, divididas entre referendar ou negar o fenômeno de uma cultura de massa que seja autêntica.
  - (D) as controvérsias decorrentes de uma posição política extremada, pela qual se nega qualquer influência entre diferentes áreas da cultura.
  - (E) as polêmicas que levantará, entre leitores leigos, uma linguagem fatalmente limitada pelo apuro de uma terminologia técnica.

---

2. Considerando-se o contexto, deve-se entender que
  - (A) os dois casos de emprego das aspas (2º parágrafo) justificam-se pelo fato de buscar o autor a criação de um efeito de sentido altamente irônico.
  - (B) o segmento *resultados muito semelhantes* (1º parágrafo) deixa ver que o autor está se referindo a pesquisas que ele já realizou, com conclusões taxativas.
  - (C) o segmento *tão claramente quanto o permitiu* (2º parágrafo) ressalta a fatalidade de escrever um livro para leigos numa linguagem inevitavelmente imprópria.
  - (D) a frase *e a popularização uma tarefa perigosa* (3º parágrafo) faz subentender a forma verbal *é* da frase anterior.
  - (E) o pronome sublinhado no segmento *continuar a tentá-lo* (3º parágrafo) faz referência a “leigo inteligente”, no início do período.

---

3. Ao optar precisamente pelo nível de linguagem que adotou em seu livro, o autor manifesta a esperança de que
  - (A) a supressão de qualquer terminologia técnica faça com que seu tema fique mais preciso para os responsáveis pelas publicações de massa.
  - (B) o “leitor comum” ou mesmo o “leigo inteligente” sejam capazes de compreender o rigor com que os termos técnicos foram multiplicadamente empregados.
  - (C) o uso incontornável de esporádicos termos especializados acabe por fazê-los compreensíveis e proveitosos para o leitor comum.
  - (D) a adesão a uma terminologia altamente técnica redunde em algum benefício para os leitores mais afeitos às questões a serem analisadas.
  - (E) a profundidade de sua análise sociológica compense o esforço que o leitor haverá de fazer para absorver toda a terminologia técnica.



4. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na frase:
- (A) As modificações da cultura popular (**constituir**) o centro da preocupação desse livro de Richard Hoggart.
  - (B) O autor do livro deseja que a linguagem de seus estudos (**propiciar**) aos seus leitores revelações sobre a cultura das classes populares.
  - (C) A popularização preocupa o autor porque muitos estudos se tornam simplórios devido à simplificação excessiva a que se (**submeter**).
  - (D) O pesquisador acredita que um dos mais negativos aspectos da nossa civilização está no abismo que (**permeiar**) as linguagens.
  - (E) Quem estuda os diferentes níveis de manifestações culturais propõe-se a reconhecer os distintos valores com os quais se (**instituir**) uma cultura complexa.
- 
5. Há construção na **voz passiva** e adequada correlação **entre os tempos verbais** na frase:
- (A) Resultados muito semelhantes ao dessa pesquisa seriam encontrados caso o foco de análise incidisse sobre outros meios de comunicação.
  - (B) Essa pesquisa teria chegado a resultados semelhantes desde que o foco não deixe de incidir sobre a linguagem dos outros meios de comunicação.
  - (C) Dispondo-se a vir fazer uma boa análise de outras formas de comunicação, o pesquisador terá encontrado resultados semelhantes.
  - (D) Quando outras análises incidirem sobre outros meios de comunicação, seria possível chegar a resultados não muito diferentes destes.
  - (E) Por haver-se dedicado sobretudo ao estudo da linguagem da imprensa, o de outros meios de comunicação não foi conclusivo.
- 
6. Está clara, coesa e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Ser contra a linguagem excessivamente técnica é uma preocupação desse pesquisador, uma vez que lhe prefere a linguagem mais fluente da fala comum.
  - (B) O autor considera haver um fosso entre a linguagem especialista e a comum, conquanto não confundam-se quando se busca especificá-las.
  - (C) O fato de haver a linguagem dos peritos e a linguagem dos leigos acabam por produzir um atrito de competências e interferindo nas conclusões das pesquisas.
  - (D) Não há razão para se adotar uma linguagem excessivamente técnica, se o interesse maior de uma pesquisa for o de atingir os leigos nela interessados.
  - (E) O fato de se empregar termos abusivamente especializados implica em afastar de uma pesquisa aqueles que, por outro lado, lhe pudessem melhor aproveitar.

Atenção: As questões de números 7 a 10 referem-se ao texto seguinte.

#### Juventude e história

*Eric Hobsbawm (1917-2012) foi um dos maiores historiadores da era moderna. Longevo, viveu como também sua praticamente toda a história do século XX. É dele este importante fragmento, que vale como uma advertência:*

*“A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio.”*

(Adaptado de: **Era dos extremos** – O breve século XX. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 13.)

7. A **advertência** de Hobsbawm, indicada para o fragmento citado, seria a de que
- (A) as experiências valorizadas apenas em seu próprio presente, visto como perpétuo, acabam por desconsiderar todo e qualquer sentido do passado.
  - (B) os historiadores devem reconhecer que sua importância é diretamente proporcional à importância que se dê ao tempo das experiências contemporâneas.
  - (C) o passado público, com seu conjunto de experiências, só terá sentido caso seja compreendida a interpretação que lhes deram os antigos historiadores.
  - (D) os jovens do final do século XX perderam sua relação orgânica com os tempos passados em razão do descrédito em que caíram os historiadores da época.
  - (E) as experiências pessoais só alcançam algum sentido quando o historiador, em função de seu ofício, vincula-as às experiências de um passado mais remoto.



8. Considerando-se o contexto e a construção do texto, observa-se que
- (A) a expressão *como também sua* equipara a experiência de Hobsbawm à dos jovens do final do século.
  - (B) a objetividade de um historiador não exclui toda e qualquer valoração subjetiva, como no caso do emprego do adjetivo *lúgubres*, aplicado a *fenômenos*.
  - (C) os travessões empregados no fragmento citado têm por função enfatizar uma **contradição** nos argumentos levantados pelo próprio autor.
  - (D) o termo *Longevo*, no início de um período do primeiro parágrafo, deve ser entendido como equivalente a **Para ter vida longa**.
  - (E) o elemento *Por isso*, iniciando o período final do fragmento, refere-se à perda de importância sofrida pelos historiadores contemporâneos.
- 
9. No segmento *Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem*, o segmento sublinhado pode ser substituído com correção e coerência por
- (A) de cuja missão propõe-se a lembrar o que é esquecido.
  - (B) em cujo mister consta o de lembrar o esquecido.
  - (C) que têm por propósito reavivar o que é esquecido.
  - (D) de quem o papel é rever o passado esquecido.
  - (E) a cuja responsabilidade está em lembrar o esquecido.
- 
10. Está plenamente adequada a **pontuação** do seguinte período:
- (A) Tivesse vivido muito menos Eric Hobsbawm, esse grande historiador moderno talvez não pudesse com a mesma autoridade, dar seu testemunho, sobre esse período histórico que batizou como Era dos extremos.
  - (B) Tivesse vivido muito menos, Eric Hobsbawm, esse grande historiador moderno, talvez não pudesse, com a mesma autoridade, dar seu testemunho sobre esse período histórico, que batizou como Era dos extremos.
  - (C) Tivesse vivido muito menos Eric Hobsbawm, esse grande historiador moderno, talvez não pudesse – com a mesma autoridade – dar seu testemunho, sobre esse período histórico que batizou: como Era dos extremos.
  - (D) Tivesse vivido, muito menos, Eric Hobsbawm – esse grande historiador moderno, talvez não pudesse, com a mesma autoridade, dar seu testemunho, sobre esse período histórico que batizou – como Era dos extremos.
  - (E) Tivesse vivido muito menos Eric Hobsbawm – esse grande historiador moderno – talvez não pudesse com, a mesma autoridade, dar seu testemunho sobre esse período histórico que batizou como Era dos extremos.

**Atenção:** As questões de números 11 a 14 referem-se ao texto seguinte.

#### No voo da caneta

*Numa das cartas ao amigo Mário de Andrade, assegurava-lhe o poeta Carlos Drummond de Andrade que era com uma caneta na mão que vivia suas maiores emoções. Comentando isso com um jovem aluno, entrevi sua discreta expressão de piedade por aquele poeta sitiado e infeliz, homem de gabinete que não se atirou à vida. Não tive como lhe dizer, naquele momento, que entre as tantas formas de se atirar à vida está a de se valer de uma caneta para perseguir poemas e achar as falas humanas mais urgentes e precisas, essenciais para quem as diz, indispensáveis para quem as ouve, vivas para além do tempo e do espaço imediatos.*

(Joelson Figueiredo, inédito)

11. A discreta mas expressiva reação do aluno ao comentário do professor sobre uma confissão do poeta Carlos Drummond de Andrade mostra que o estudante acreditava que
- (A) o sentido da poesia não se confunde com os grandes sofrimentos por que passa um poeta nos combates da vida.
  - (B) o artista é invariavelmente uma pessoa alienada, porque se recusa a experimentar grandes emoções, mesmo as imaginárias.
  - (C) a arte é mais intensa do que a vida, por isso um artista deve entregar-se àquela sem qualquer concessão às circunstâncias da rotina.
  - (D) a expressão literária não traduz emoções verdadeiras, só vivenciadas pelos que se dispõem a enfrentar a força das experiências.
  - (E) o poeta intimidado pela vida é incapaz de registrar suas emoções, uma vez que o talento artístico nasce da coragem pessoal.



12. Considerando-se o contexto, o segmento *entrevi sua discreta expressão de piedade* ganha nova redação, na qual se mantém seu sentido básico, no enunciado
- (A) constatei sua íntima disposição sentimental.
  - (B) percebi seu contido sentimento de adesão.
  - (C) absorvi uma implícita reação de sua nostalgia.
  - (D) dei pela sua reservada impressão solidária.
  - (E) divisei sua refreada manifestação de compadecimento.
- 
13. É clara e correta a redação desta nova forma que se deu a uma frase do texto:
- (A) Asseverava-lhe numa de suas cartas o poeta Drummond ao amigo Mário de Andrade de que lhe brotava de uma caneta as mais incedíveis emoções.
  - (B) As máximas emoções imergiam-lhe vivamente de uma caneta a mão, garantia-lhe numa carta a seu amigo Mário de Andrade o poeta Drummond.
  - (C) Confessava Drummond numa carta a Mário de Andrade seu amigo, que imbuía sua caneta às emoções máximas e vívidas que lhe invadiam.
  - (D) Era através de uma caneta, confessava o poeta Drummond numa carta, a seu amigo Mário de Andrade que o tomavam conta as emoções maiores.
  - (E) Numa carta a Mário de Andrade, seu amigo, garantia-lhe o poeta Drummond que com a mão numa caneta é que vivia suas emoções mais intensas.
- 
14. Na construção *Comentando isso com um jovem aluno, entrevi*, as ações expressas pelas formas sublinhadas
- (A) compõem-se como uma simultaneidade.
  - (B) apresentam-se como um efeito seguido de sua causa.
  - (C) manifestam uma ideia de condicionalidade.
  - (D) sugerem decisões alternativas.
  - (E) articulam-se numa relação de finalidade.

#### Noções de Direito Constitucional

15. Considere as seguintes proposições:
- I. A proposta de emenda à Constituição será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
  - II. Por representarem manifestação do poder constituinte, as emendas à Constituição não estão sujeitas a limitações materiais, mas apenas a limitações processuais ou formais.
  - III. A Constituição somente poderá ser emendada mediante proposta do Presidente da República ou de qualquer membro do Congresso Nacional.
  - IV. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- À luz do disposto na Constituição da República, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e IV.
  - (B) II e III.
  - (C) I e II.
  - (D) I e III.
  - (E) II e IV.
- 
16. João, Governador do Estado X, faleceu no primeiro ano do seu mandato, sendo sucedido por José, que havia sido eleito Vice-Governador. Ao fim do mandato em que sucedeu João, José se elegeu Governador do Estado X. Com a proximidade do encerramento desse novo mandato, entendendo que ainda possui muitos projetos para realizar, José almeja se candidatar à reeleição. À luz da Constituição da República, a reeleição pretendida por José
- (A) não é possível, uma vez que José já exerceu por duas vezes consecutivas o mandato de Governador, embora ele possa candidatar-se ao cargo de Vice-Governador na referida eleição, na medida em que ainda não foi reeleito para esse cargo.
  - (B) é possível, uma vez que no primeiro mandato José foi eleito Vice-Governador, e não Governador; deverá, contudo, renunciar ao respectivo mandato até seis meses antes do pleito.
  - (C) não é possível, uma vez que, já tendo ocupado o cargo em dois mandatos, José está impedido de, ainda que futuramente, voltar a ser Governador do Estado X.
  - (D) é possível, uma vez que no primeiro mandato José foi eleito Vice-Governador, e não Governador, não sendo necessário renunciar ao respectivo mandato para concorrer à reeleição.
  - (E) não é possível, uma vez que, ao suceder João, José passou a exercer seu primeiro mandato como titular do cargo de Governador, de maneira que somente poderia ser reeleito para um único período subsequente, o que já ocorreu.

**Noções de Direito Administrativo**

17. A Administração pública possui algumas prerrogativas inerentes às suas funções, que lhe permitem agir, em alguns casos, de modo a sobrepor a vontade dos particulares, em prol do atendimento do interesse público. Nesse sentido, considera-se exemplo dessa prerrogativa o poder de
- (A) revogar licitações, por razões de conveniência e oportunidade e para atendimento do interesse público, sempre que se identificar ilegalidades nos procedimentos.
  - (B) limitar o direito de particulares, discricionariamente, sempre que a situação de fato demonstrar essa necessidade, independentemente de previsão legal.
  - (C) alterar unilateralmente os contratos administrativos, por motivos de interesse público, mantido o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
  - (D) editar decretos autônomos para disciplinar matérias em tese, com efeitos gerais e abstratos, diante de lacunas legais.
  - (E) criar pessoas jurídicas como forma de desconcentração das atividades da Administração pública.
- 
18. O processo administrativo, nos termos da Lei nº 9.784/99, possui algumas características, expressamente previstas, que podem diferenciá-lo dos processos judiciais, a exemplo da
- (A) facultatividade da observância do direito de defesa e do contraditório, que pode ficar para o momento final, após a decisão.
  - (B) possibilidade de se movimentar de ofício, independentemente de manifestação ou requerimento dos interessados.
  - (C) coisa julgada, que demanda concordância das partes para que possa produzir efeitos.
  - (D) instância recursal, que demanda expressa previsão na lei, sob pena de não haver autorização para tanto.
  - (E) impossibilidade de instrução processual com prova testemunhal, restrita ao processo judicial.
- 

**Legislação Institucional**

19. De acordo com a Constituição Estadual de Sergipe, o Deputado desse Estado NÃO poderá, dentre outras hipóteses,
- (A) manter contrato com autarquia, inclusive quando o contrato obedecer cláusulas uniformes, desde a posse.
  - (B) firmar contrato com pessoa jurídica de direito público, inclusive quando o contrato obedecer cláusulas uniformes, desde a posse.
  - (C) exercer função remunerada em empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, desde a posse.
  - (D) patrocinar causas em que sejam interessadas empresas públicas, desde a expedição do diploma.
  - (E) ser titular de mais de dois cargos ou mandatos eletivos federal, estadual ou municipal, desde a expedição do diploma.
- 
20. Suponha que certo Deputado da Assembleia Legislativa de Sergipe pretenda obter licença para desempenhar missão temporária de caráter cultural. Nesse caso, de acordo com o Regimento Interno da ALESE, o pedido de licença será
- (A) concedido pela Mesa Diretora e, para efeito de remuneração, não será considerado como no exercício do mandato o Deputado licenciado.
  - (B) concedido pelo Presidente da Assembleia, na forma regimental e, para efeito de remuneração, considerar-se-á como no exercício do mandato o Deputado licenciado.
  - (C) submetido ao Plenário da Assembleia e, para efeito de remuneração, não será considerado como no exercício do mandato o Deputado licenciado.
  - (D) concedido pelo Presidente da Assembleia, na forma regimental e, para efeito de remuneração, não será considerado como no exercício do mandato o Deputado licenciado.
  - (E) submetido ao Plenário da Assembleia e, para efeito de remuneração, considerar-se-á, como no exercício do mandato o Deputado licenciado.
-

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. A relação entre as políticas sociais, a questão social e o exercício profissional do Assistente Social foi abordada por Gonçalves e Damasceno (2016), reconhecendo o Serviço Social no bojo das transformações sócio-históricas. Ao tratar do aprimoramento do fazer profissional, destacam
- (A) a relevância da articulação com os movimentos sociais e o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual. Expressam, ainda, a necessidade do aprimoramento e constante formação do profissional no seu exercício com vistas a alcançar presteza no trabalho junto aos usuários.
  - (B) que o Assistente Social deve estar concatenado aos seus ideários pessoais forjados na formação moral e ética, construída ao longo de sua história. Pode-se adensar a esse aspecto de ordem pessoal as constantes transformações conjunturais da sociedade.
  - (C) que o processo de renovação da prática e da teoria não se vincula nem se materializa a partir da reformulação das diretrizes curriculares dos cursos e da lei de regulamentação da profissão, na medida em que há um espriamento de saberes que complementam a formação acadêmica e intelectual.
  - (D) a aptidão do Assistente Social para dar respostas aos desafios postos pelas demandas, que mesclam os ideários neoliberais em vigor na sociedade moderna e os limites postos pelo lugar que ocupam na estrutura institucional. Isso porque tanto as políticas sociais como a questão social são produtos exclusivos do modelo neoliberal.
  - (E) que as demandas profissionais contemporâneas já não podem ser consideradas para a análise das consequências da exploração do trabalho, pois a nova questão social aponta novos desafios que podem ser respondidos com uma análise da conjuntura atual, sendo que os velhos paradigmas analíticos estão desatualizados.
- 
22. Foi encaminhada à Assembleia Legislativa uma proposta de alteração na lei que institui e dá outras providências em relação ao Conselho Estadual de Saúde. Tendo sido chamado a opinar sobre o tema, o Assistente Social entende que o Conselho deve
- (A) adotar nova composição, transformar-se em bipartite, contemplando os segmentos de trabalhadores e prestadores de serviços, e que a eleição seja realizada exclusivamente no âmbito da conferência estadual de saúde.
  - (B) se transformar em consultivo, porque o caráter deliberativo vai de encontro às atribuições do legislativo e do Ministério Público, instâncias que têm competência para deliberar sobre todos os temas da esfera estadual.
  - (C) se manter deliberativo e composto por: 50% de entidades de usuários; 25% de entidades dos trabalhadores de Saúde; e 25% de representação de governo, de prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.
  - (D) ser extinto, sobretudo na esfera estadual e que, em seu lugar, haja a criação de um conselho de seguridade social, contemplando as três políticas sociais que o conselho compõe, de modo a promover a interdisciplinaridade, tão fundamental para a melhoria do trabalho integrado.
  - (E) adotar uma nova composição (quadripartite) formada por: usuários, prestadores de serviços, representante da comissão intergestora bipartite e trabalhadores, além de incluir, como membro fiscalizador, o Ministério Público Estadual e um representante da Assembleia Legislativa.
- 
23. A análise de conjuntura é essencial para a intervenção profissional do Assistente Social. Souza (2005) considera como fundamentais para a leitura conjuntural
- (A) os recursos financeiros, os humanos, a estrutura institucional e a relação de poder.
  - (B) os acontecimentos, os cenários, os atores, as relações de força e as articulações entre estrutura e conjuntura.
  - (C) os atores fortes e fracos, os aspectos conjunturais e as condições objetivas e subjetivas.
  - (D) a legislação social, as diretrizes institucionais, os aspectos locais e regionais e a capacidade de implementação.
  - (E) os aspectos históricos, os fundamentos teóricos, a construção metodológica e as estratégias.
- 
24. O presidente da Assembleia Legislativa recebeu uma solicitação para realizar uma Audiência Pública sobre o Plano Estadual de Assistência Social e o encaminhou para seu parecer quanto ao assunto. Nesse caso, seria mais adequado
- (A) sugerir a não realização da audiência porque Planos relacionados às políticas sociais devem ser apreciados e elaborados exclusivamente pelos conselhos gestores correspondentes.
  - (B) solicitar à Secretaria de Estado, gestora dessa política pública, o plano já elaborado e sugerir que a audiência seja realizada apenas quando já estiver pronto.
  - (C) posicionar-se apenas no que compete ao investimento do orçamento próprio do Estado, porque os recursos federais não podem ser geridos por instâncias estaduais.
  - (D) reconhecer a importância da audiência, mas com restrição de público porque, no caso da política de assistência social, não existem usuários diretos de serviços prestados pelo governo estadual.
  - (E) incentivar a realização da audiência como uma das formas de ampliar o processo democrático de discussão do plano com base nas diretrizes dessa política pública.



25. As múltiplas expressões da questão social tecem o cotidiano do Assistente Social. Desse modo, pode-se dizer que a questão social se configura como
- (A) desigualdade submissa, sem resistência de quem vive a pobreza por ela produzida. Essa leitura se fundamenta na impossibilidade de superar o capitalismo, que produz toda a desigualdade social.
  - (B) terreno que conjuga um único interesse e, por isso, não pode ser fonte de compreensão sobre a desigualdade na sociedade moderna.
  - (C) expressão do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade.
  - (D) determinada por aspectos econômicos e políticos; no entanto, não se manifesta no cotidiano da vida social em função da camuflagem ideológica.
  - (E) fonte de inspiração para a leitura da sociedade liberal, que vem sofrendo profunda decadência nos últimos anos.
- 
26. A partir dos anos 1980, o Serviço Social adota tendências históricas e teórico-metodológicas pautadas
- (A) na inspiração marxista, tendo como pressuposto que as relações sociais são sempre mediatizadas por situações e instituições que, ao mesmo tempo, revelam/ocultam as relações sociais imediatas.
  - (B) na inspiração marxista, mas mediadas por categorias fenomenológicas e estruturalistas que revelam a realidade a partir do olhar do pesquisador, adotando técnicas de construção a partir das partes.
  - (C) na construção do conhecimento que restringe a leitura da sociedade aos modelos pré-existentes, em que se mesclam as tendências conservadoras e modernizadoras, buscadas nos estudos iniciados na América Latina.
  - (D) em um conjunto de referenciais não hegemônicos, mas com a preocupação de definir categorias analíticas com leitura estática da sociedade, cuja realidade tem dificuldade de expressar suas contradições.
  - (E) na perspectiva pluralista, mesclando, sem hegemonia, o marxismo althusseriano e a fenomenologia. Os anos 80, em que se deu a adoção dessa tendência, constituíram um período com pouco debate sobre os novos rumos.
- 
27. A Secretaria de Estado que gerencia o Sistema Único de Assistência Social – SUAS resolveu regularizar em lei o financiamento e o repasse Fundo a Fundo (do estadual para os municipais) dos recursos destinados a essa política pública. Quanto a essa matéria,
- (A) o financiamento da assistência social no SUAS deve ser efetuado mediante cofinanciamento dos 3 entes federados, devendo os recursos alocados nos fundos de assistência social ser voltados à operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios desta política, além dos dispositivos específicos da relação entre a instância estadual e municipal.
  - (B) deve-se considerar o disposto no art. 13 da Lei nº 8.742/1993 no que concerne às responsabilidades dos Estados. A gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social contributiva, conferem integralidade para o Pacto Federativo firmado através de planos decenais aprovados pelos conselhos de assistência social nas três esferas de governo.
  - (C) o financiamento deve ser considerado como tema prioritário para as entidades e organizações não governamentais de assistência social. Essa parceria, que historicamente atuou nessa política pública, não sofreu alterações com a emergência do SUAS, permitindo que, para a celebração de convênios, não seja obrigatória a observância das disponibilidades orçamentárias.
  - (D) cabe ressaltar que para a elaboração de uma proposta de lei estadual é necessário trazer, de forma explícita, a proibição do uso dos recursos de cofinanciamento para o pagamento de profissionais, mesmo se tratando de ações continuadas, em consonância com o art. 6º da Lei nº 12.435/2011.
  - (E) salienta-se que a operação de transferência de recursos Fundo a Fundo não poderá ser efetuada porque esse modo de repasse é privativo da relação da instância federal para a municipal. Assim, os repasses do fundo estadual para os municipais só poderão ser realizados por meio de convênios.
- 
28. Os processos de monitoramento e de avaliação das políticas públicas, ao considerar os alcances de seus objetivos e as melhorias nas condições de vida dos cidadãos atingidos por essas políticas, definem indicadores que devem:
- I. ser um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.
  - II. ter uma perspectiva programática, pois o indicador social é um instrumento operacional para o monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas.
  - III. ser classificados de acordo com sua empregabilidade no ciclo de formulação e avaliação.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I e II, apenas.
  - (B) III, apenas.
  - (C) I, apenas.
  - (D) II e III, apenas.
  - (E) I, II e III.





29. A maioria das áreas de intervenção do profissional de Serviço Social pode ser mais qualificada ao se adotar a perspectiva interdisciplinar; um exemplo é a proposta de intervenção no campo de garantia de direitos e proteção de famílias, de crianças e de adolescentes. Desse modo, é adequado, ao Assistente Social, atuar tendo como pressuposto que a
- (A) interdisciplinaridade é menos exigente, pois a interação com outros saberes permite, ao profissional, mitigar sua área específica.
  - (B) composição e construção de alternativas metodológicas sob a égide da interdisciplinaridade têm limites, na medida em que podem restringir os espaços de atuação do Serviço Social, sobretudo se tratando de políticas transversais.
  - (C) participação do Assistente Social com seu campo de conhecimento é importante, desde que não se pautem pelos determinantes sociais que influenciam a garantia de proteção e direitos nas áreas da família, crianças e adolescentes.
  - (D) relação de troca de saberes, permitindo socializar com as demais áreas do conhecimento as suas reais especificidades e habilidades, pode ampliar as ofertas de trabalho e direitos aos usuários.
  - (E) ação interdisciplinar exitosa exige que as diferentes áreas de conhecimento não possam e nem devam ter ângulos particulares de observação e interpretação em relação aos mesmos processos sociais.

30. As tendências teóricas com as quais o Serviço Social tem se defrontado se vinculam:

- I. ao fortalecimento do neoconservadorismo inspirado nas tendências pós-modernas, que compreende a ação profissional como campo de fragmentos e restrita às demandas do mercado de trabalho, cuja apreensão requer a mobilização de um corpo de conhecimento e técnicas que não permitem extrapolar a aparência do fenômeno social.
- II. à tradição marxista, que compreende o exercício profissional a partir da perspectiva de totalidade, de caráter histórico-ontológico, remetendo o particular ao universal e incluindo as determinações objetivas e subjetivas dos processos sociais.
- III. à pós-modernidade, capaz de construir a razão crítica desvinculada do conservadorismo – assim identifica-se uma construção de conhecimento com matriz inovadora capaz de contemplar a tradição marxista, que fundamenta a pós-modernidade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

31. Dentre os principais instrumentos, técnicas e procedimentos de intervenção do Assistente Social está a entrevista, que deve

- (A) iniciar apresentando o lugar institucional e de poder decisório que o profissional ocupa na instituição, de modo a demonstrar ao usuário a necessidade de só se pautar pela verdade e sinceridade.
- (B) definir objetivos e finalidades e apresentá-los ao sujeito entrevistado, além de inicialmente munir-se das informações referentes aos antecedentes da situação a ser estudada, para obter elementos que possibilitem o avanço do diálogo.
- (C) iniciar sempre solicitando, ao usuário, que repita os dados já informados e registrados anteriormente nos prontuários, a fim de confrontar as informações que compõem o caso, pois a convergência das informações garante êxito na condução do atendimento.
- (D) desconsiderar os fatores relacionados à cultura e história devida, em casos que envolvam disputas judiciais, para que esse contexto imaterial e ideológico não prejudique as decisões no campo legal.
- (E) explorar todas as informações pessoais, se e quando for o caso de ampliar a garantia de direitos, é permitido, ao Assistente Social, ultrapassar o limite tênue da invasão da privacidade.

32. O projeto de trabalho, segundo Couto (2009), deve conter os seguintes elementos constitutivos:

- I. identificação institucional e reconhecimento de quem são os cidadãos usuários desse serviço, quais são suas características, quais refrações da questão social estão sendo objeto de atendimento, como eles organizam seu modo de vida e de resistência.
- II. reconhecimento das demais intervenções profissionais que compartilham e/ou disputam o espaço com o Serviço Social, buscando compreender a totalidade da proposta de trabalho que se estabelece nesse espaço.
- III. identificação desse espaço dentro da realidade social em que o trabalho se inscreve, reiterando a compreensão de que é necessário ter clareza dos impactos que o modo de organização da sociedade causa sobre a realidade do espaço onde se desenvolve o trabalho.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.



33. A Seguridade Social, prevista na Constituição Federal de 1988, foi considerada relevante inovação, tanto por seu conceito organizador da proteção social brasileira, como pela ampliação dos direitos sociais. Dentre eles, destaca-se a
- (A) ampliação de acesso à aposentadoria rural, destinada a idosos acima de 70 anos com pelo menos 10 anos de contribuição, tendo como referência o valor do salário mínimo nacional e o reconhecimento do trabalho intermitente, atribuindo ao trabalhador nessa condição acesso ao FGTS e ao seguro desemprego.
  - (B) instituição do Sistema Único de Saúde – SUS, cuja atribuição da oferta de serviços passa a ser exclusivamente pública e de responsabilidade das esferas municipais para responder ao princípio de descentralização da política de saúde e da capacidade de gerenciamento dos conselhos gestores locais.
  - (C) instalação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, cuja responsabilidade é a gestão de serviços e benefícios. Entre os benefícios já previstos na Carta Constitucional, está o Programa Bolsa Família, destinado a famílias cuja renda por pessoa é de 1/4 do salário mínimo regional. A regionalidade do salário mínimo se fez como avanço para responder ao princípio de equidade, considerando as diferenças do território brasileiro.
  - (D) ampliação da cobertura do sistema previdenciário e a flexibilização do acesso aos benefícios para os trabalhadores rurais; o reconhecimento da assistência social como política pública não contributiva que opera tanto serviços, como benefícios monetários, e a consolidação da universalização do atendimento à saúde por meio da criação do Sistema Único de Saúde – SUS.
  - (E) organização de um sistema que reconhece como seguridade apenas as políticas não contributivas como assistência social e saúde. Nesse novo desenho, coloca-se a previdência social como política de caráter contributivo e a ela se associa a política nacional de acesso ao trabalho, construindo assim outro campo protetivo pautado na associação do salário e da renda previdenciária.

34. Diante de qualquer ameaça à diminuição de acesso aos direitos aprofundados pelas políticas sociais, conquistados com as lutas sociais dos últimos anos e inscritos na Constituição Federal de 1988 e leis infraconstitucionais, o Assistente Social deve:
- I. mobilizar-se na defesa intransigente dos direitos humanos, na recusa do arbítrio e do autoritarismo e na ampliação e consolidação da cidadania, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras.
  - II. isentar-se politicamente, pois o Serviço Social é uma profissão definida pela divisão sociotécnica do trabalho e, portanto, deve circunscrever seu posicionamento na dimensão teórica e prática em consonância com o projeto ético-político em vigor.
  - III. envolver-se na defesa do aprofundamento da democracia, posicionando-se em favor da equidade e justiça social, de modo a assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, assim como sua gestão democrática.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
  - (B) III, apenas.
  - (C) I e III, apenas.
  - (D) II e III, apenas.
  - (E) I, II e III.
35. A Assembleia Legislativa constituiu uma comissão para o aprofundamento do tema da participação dos movimentos sociais vinculados à melhoria da qualidade de vida. O Assistente Social, ao analisar o tema, ponderou corretamente sobre
- (A) a relevância da participação e dos movimentos sociais em um contexto sócio-histórico, articulando processos, ações e sujeitos em uma sociedade industrial capitalista, cujos interesses são essencialmente convergentes. Desse modo, no processo de funcionamento da Comissão, seus participantes não deverão expressar posicionamentos antagônicos e divergentes.
  - (B) a importância da composição dessa Comissão, pois a participação permite que as decisões coletivas sejam aceitas mais facilmente pelos indivíduos e favorece a integração do cidadão na sua comunidade. Além disso, os movimentos sociais contribuem para a transformação das condições existentes na realidade social.
  - (C) o apoio à Comissão, tendo como pressuposto que a Assembleia Legislativa, como um dos Poderes da República, deve ampliar os espaços para que o segmento solicitante se manifeste e adira aos ditames do Poder Executivo sobre qualquer tema, dada a parceria entre esses Poderes.
  - (D) as diferentes trajetórias dos movimentos sociais; no entanto, dado o caráter da democracia participativa, sua influência não logrou êxito algum nas mudanças da realidade e agregação dos cidadãos. Desse modo, essa egrégia casa de leis de democracia representativa tem um importante papel nessa discussão.
  - (E) sua não participação nesse processo, uma vez que a Lei de Regulamentação da Profissão proíbe o Assistente Social de participar de iniciativas referentes a movimentos populares, sindicatos e partidos políticos. Considere-se que a Assembleia Legislativa é composta por deputados que representam partidos ideologicamente.



36. O mundo do trabalho vem sofrendo importantes transformações que impactam tanto as condições de vida material, como a subjetividade. Essas transformações resultam
- (A) do crescente desemprego estrutural, com trabalhadores em condições de trabalho precárias, insatisfeitos, subjugados pela maior valorização do capital em detrimento do humano, e da revolução tecnológica, na qual homens e mulheres vêm lidando com tensões para se adaptarem a esses novos tempos, com a fragilização dos direitos trabalhistas em alguns países, incluindo o Brasil.
  - (B) de um modelo de produção que garante, ao trabalhador, a posse do produto quando lhe permite conhecer e reconhecer todo o processo de elaboração do trabalho. O produto assume valor inferior ao ser humano, sendo ele próprio transformado objetiva e subjetivamente ao ter sua força de trabalho avaliada.
  - (C) do processo de tecnificação no qual o trabalhador supera sua condição de alienação, retomando sua compreensão do mundo e sua consciência de copartícipe do processo de trabalho, entendendo-se associado das empresas, pois o novo modelo de garantias trabalhistas permitiu que partilhasse dos lucros contabilizados pelas empresas.
  - (D) de um processo mais integrado de convívio entre empresas e famílias dos trabalhadores, dando-lhes mais conforto e autonomia, na medida em que as contratações flexibilizadas lhes permitem definir horas trabalhadas e turnos alternativos. Desse modo, pode-se dizer que atualmente supera-se a sociedade salarial.
  - (E) da automação do trabalho no campo e, ao mesmo tempo, das mudanças na estrutura do setor terciário que, nos últimos 20 anos, tem diminuído, sobretudo, nos grandes centros. Tais alterações exigiram novos pactos trabalhistas, garantindo às mulheres melhores salários.

37. As políticas sociais sofreram transformações ao longo da história, modificando contornos, diretrizes e fundamentos. Essas transformações são impulsionadas
- (A) exclusivamente por determinações econômicas, pois as políticas sociais são reflexos dos caminhos do capital e servem apenas para minimizar o desgaste da força de trabalho.
  - (B) por proposições muito bem fundamentadas e desenhadas por técnicos estatais que apresentam um estudo da realidade social e das necessidades em todas as áreas de atuação.
  - (C) com o advento do socialismo, pois os ideários de bem-estar social são convergentes com o acesso igualitário dos bens de serviços socialmente produzidos.
  - (D) pela correlação de forças sociais e por determinações no campo econômico, social e político em diferentes países e momentos históricos.
  - (E) com as mudanças propostas pelo legislativo, pois sem a inscrição em lei os direitos sociais não se consubstanciam.

38. A lei nº 13.431/2017 estabelece o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Víctima ou Testemunha de Violência e altera o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Nessa lei, as formas de violência são identificadas como física, psicológica e sexual. Entende-se como violência psicológica

- I. qualquer conduta de discriminação, depreciação ou desrespeito em relação à criança ou ao adolescente mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, agressão verbal e xingamento, ridicularização, indiferença, exploração ou intimidação sistemática (*bullying*) que possa comprometer seu desenvolvimento psíquico ou emocional.
- II. ato de alienação parental, assim entendido como a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou por quem os tenha sob sua autoridade, guarda ou vigilância, que leve ao repúdio de genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com este.
- III. qualquer conduta que exponha a criança ou o adolescente, direta ou indiretamente, a crime violento contra membro de sua família ou de sua rede de apoio, independentemente do ambiente em que cometido, particularmente quando isto o torna testemunha.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.



39. A Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), dentre outros temas, trata do acesso desse segmento às políticas sociais. Em seu artigo 39, aborda o direito à assistência social e, em especial, às seguranças ofertadas por essa política pública (Política de Assistência Social), incluindo a segurança de
- (A) acesso aos serviços de proteção básica e especial, de acolhida em instituições de abrigamento, de atendimento domiciliar, em especial quando a pessoa com deficiência tem dificuldade de locomoção.
  - (B) renda, de convivência familiar e comunitária, de prioridade nos postos de atendimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), para garantir e cumprir com a regra de priorização nos serviços públicos em geral.
  - (C) renda, da acolhida, da habilitação e da reabilitação, do desenvolvimento da autonomia e da convivência familiar e comunitária, para a promoção do acesso a direitos e da plena participação social.
  - (D) renda, da acolhida e do desenvolvimento de autonomia, para a promoção do acesso a direitos e da plena participação social, excluindo a habilitação e a reabilitação na medida em que essas são atribuições específicas dos serviços de saúde.
  - (E) renda, com exclusividade ao BPC (Benefício de Prestação Continuada) em consonância com os critérios previstos pela Lei nº 8.742/1993 (LOAS) e reiterada na Lei nº 12.435/2011 (Lei do SUAS), segurança de acolhida, de convivência familiar e comunitária.
- 
40. O Código de Ética do Assistente Social, em vigor, traz princípios ancorados no compromisso com os usuários, com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social. Dentre esses fatores destaca-se a defesa da democracia, que pode ser entendida, para efeitos dessa normativa profissional, como
- (A) capacidade de a população, por meio da democracia representativa, atribuir aos seus líderes eleitos por voto direto o controle total das condições de vida da população usuária.
  - (B) socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida, implicando a capacidade de controle real por parte da população e da sociedade organizada, de suas condições de produção e de vida.
  - (C) aspecto fundamental para construção de outros valores, mas, para tanto, há a necessidade de depurar essa concepção desvinculando-a do debate da luta de classes.
  - (D) elemento capaz de orientar o profissional no contexto do trabalho, até porque a democracia como valor dialoga com a burocracia institucional. Sendo assim, esse conceito não deve extrapolar a circunscrição do ambiente profissional e ter como horizonte o controle progressivo sobre as condições de trabalho e de vida.
  - (E) um princípio controverso, na medida em que, no âmbito da profissão, há uma pluralidade de concepções e tendências. Desse modo, o Conselho Federal e Serviço Social (CFESS) orienta aos profissionais que adotem o princípio da democracia conforme as convicções e trajetórias individuais.
- 
41. No Brasil, a proposta neoliberal, em relação ao papel do Estado quanto ao enfrentamento da questão social, apresenta como característica
- (A) o desenvolvimento de propostas ampliadas e universais, mas que descaracterizam os mecanismos institucionalizados de proteção social.
  - (B) a redução de suas intervenções no campo social, com o desenvolvimento de programas focalistas e seletivos de forma tímida, errática e incapaz de alterar o imenso abismo existente entre as necessidades e as possibilidades efetivas de acesso a bens, serviços e recursos sociais.
  - (C) o reconhecimento da questão social brasileira como expressão das relações de classe, assumindo-a como questão de responsabilidade pública, política e nacional.
  - (D) a responsabilidade moral do Estado em prestar socorro aos pobres, que, por reconhecer seus direitos sociais, investe fortemente nas políticas públicas alinhadas pelos princípios da justiça e igualdade.
  - (E) o respeito aos ditames constitucionais no que se refere ao alargamento dos direitos de cidadania em espaços públicos e privados, adotando mecanismos de participação que possam ser regidos pelo debate, pelo conflito e pela negociação.
- 
42. No cenário internacional, observa-se nos anos de 1970, a primeira recessão econômica geral, após o segundo pós-guerra e a ocorrência de uma crise, uma vez que findava o padrão de desenvolvimento capitalista baseado no "pacto fordista-keynesiano" estabelecido desde o final dos anos de 1940. Essa crise apresenta como traço
- (A) o sucateamento dos mecanismos de proteção social do Estado com consequente transferência das responsabilidades para a iniciativa privada.
  - (B) a queda na taxa de lucro com consequente diminuição do custo da força de trabalho.
  - (C) a diminuição do campo financeiro, tornando-se dependente do capital produtivo.
  - (D) a descentralização de capitais decorrente dos desmembramentos e de desaglomeração das empresas.
  - (E) a ampliação de processos envolvendo estatização, regulamentação do processo produtivo, dos mercados e das relações de trabalho.
- 
43. O padrão de desenvolvimento capitalista chamado de "acumulação flexível" gerou profunda reestruturação nas relações de trabalho. Essa reestruturação produtiva tem como premissa
- (A) a produção homogeneizada e altamente verticalizada.
  - (B) a cronometrização do tempo do trabalhador e de seus movimentos na produção, visando erradicar o desperdício no processo produtivo.
  - (C) a fragmentação do trabalho com tarefas repetitivas para que haja aumento do seu ritmo de trabalho.
  - (D) a separação do trabalho em pensar e agir, sendo o conhecimento sobre o trabalho responsabilidade da gerência e cabendo ao trabalhador a mera execução.
  - (E) o trabalho em equipe e polivalência do trabalhador, ficando, em geral, responsável por inúmeras máquinas.



44. Scherer-Warren (2011) parte da definição de que os movimentos sociais são redes sociais complexas, que transcendem organizações empiricamente delimitadas e que conectam, de forma simbólica, solidarística e estratégica, sujeitos individuais e atores coletivos. O Movimento Quilombola pode ser citado como um dos exemplos porque:
- I. há uma identidade coletiva – identificação ética e de classe.
  - II. existe um adversário comum – combate a um legado histórico de colonialismo, racismo e expropriação.
  - III. tem um projeto de transformação – direito à terra comunitária herdada e ao reconhecimento de sua cultura.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
  - (B) I, II e III.
  - (C) III, apenas.
  - (D) I e II, apenas.
  - (E) II, apenas.
- 
45. A compreensão do trabalho a ser realizado com famílias no âmbito de atuação das políticas sociais na perspectiva protetiva parte da premissa de que
- (A) a família constitui-se como espaço de proteção e socialização primárias e de cuidados mútuos, e de que há uma responsabilidade pública que reconhece a necessidade de seu cuidado e proteção, compreendendo-a também como lugar contraditório, onde podem existir conflitos e violência, reflexos das desigualdades sociais vigentes na sociedade.
  - (B) a satisfação das necessidades dos cidadãos na sociedade ocorre somente por meio de dois canais naturais que são o mercado (via trabalho) e a família, cabendo também à sociedade civil organizada no âmbito do voluntariado articular-se ao mercado para que este desenvolva políticas sociais de proteção adequadas no âmbito da responsabilidade social.
  - (C) a intervenção do Estado acontece de forma temporária, apenas no momento em que ocorrem falhas na satisfação das necessidades que devem ser obrigatoriamente efetivadas pelo mercado e pela própria família.
  - (D) as ações públicas devem acontecer sob forma de compensação quando a família estiver em processo de falência no provimento de condições de sobrevivência, de suporte afetivo e de socialização de seus membros.
  - (E) há famílias incapazes de gerenciar e otimizar seus recursos e de desenvolver adequadas estratégias de sobrevivência e de convivência, cabendo ao Estado, nesse momento, a responsabilidade de estimular redes de solidariedade.
- 
46. Para Raichelis (2000), os conselhos de políticas públicas são espaços públicos constituídos legalmente que definem prioridades, conteúdos e recursos orçamentários de políticas públicas com composição plural e heterogênea, que contam com a representação da sociedade civil e do governo em diferentes formatos. Para integrar uma agenda estratégica que vise o fortalecimento democrático dos espaços públicos de decisão e gestão das políticas sociais, a referida autora sugere
- (A) a necessidade de reconhecer os conselhos como espaços amplos de participação de diferentes atores, nos quais devem-se buscar consensos e conseqüente harmonia entre os modelos de democracia e os projetos políticos existentes na sociedade capitalista, para que se alcance um desenvolvimento adequado conforme a ordem social estabelecida.
  - (B) a importância de compreender os conselhos como espaços privilegiados, em que, apesar da heterogeneidade, há convergências de ideias, sendo, assim, possível atuar de forma que ocorram o enfrentamento e a superação da exclusão social e política de trabalhadores, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, justamente por congregarem uma diversidade e pluralidade de parceiros e representações; deve-se buscar, para tanto, a destinação de recursos orçamentários para a concretização de tais objetivos.
  - (C) a necessidade de intervenção que objetive a superação de visões reducionistas da sociedade civil, desencadeando ações nos espaços públicos que estimulem o desenvolvimento da sociabilidade pública, capaz de refundar a política como espaço de criação e generalização de direitos.
  - (D) o desenvolvimento de ações que reafirmem a tendência de despolíticação da sociedade civil nesses espaços, intervindo de forma que conduza à explicitação da existência de um único projeto político em que se almeja o bem-estar da sociedade em geral.
  - (E) a atuação na definição de estratégias que ofereçam suporte e aparato necessário, como instâncias máximas privilegiadas e que podem garantir a disputa hegemônica por projetos de sociedade.
- 
47. Conforme estabelece a Lei nº 8.662/1993, são atribuições privativas do Assistente Social:
- (A) Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Assistência Social.
  - (B) Planejar, organizar e administrar programas e projetos.
  - (C) Assessorar e dar consultoria a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social.
  - (D) Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria referente a políticas sociais e transversais, garantidoras de direitos.
  - (E) Fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas.



48. A Assistência Social é preconizada na Constituição Federal de 1988 como política pública e assegura determinados direitos, inscritos no âmbito da seguridade social brasileira. Uma de suas funções é a Vigilância Socioassistencial, que é compreendida como
- (A) o conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional.
  - (B) a garantia do pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.
  - (C) a adoção de práticas baseadas em auditorias e fiscalizações, em relação tanto aos usuários, às equipes de trabalhadores da política de assistência social, quanto às organizações prestadoras dos serviços socioassistenciais, visando garantir, respectivamente, o uso correto e adequado dos benefícios e a qualidade do atendimento prestado.
  - (D) a produção, sistematização e análise de informações territorializadas sobre as situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos, assim como sobre os padrões de oferta dos serviços e benefícios socioassistenciais.
  - (E) o desenvolvimento de ações que vigiem e monitorem a efetiva articulação da assistência social com outras políticas do campo social, voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida, objetivando o aprimoramento do trabalho em rede e o consequente atendimento integral às famílias.
- 
49. Dentre as atividades a serem desenvolvidas na política pública de assistência social, encontram-se as notificações de violências e violações de direitos. Nessa direção, tem-se como referência a implementação do sistema de notificação compulsória. No que concerne à política de assistência social, prioriza-se a notificação de
- (A) violência intrafamiliar, abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes e trabalho infantil.
  - (B) violência policial.
  - (C) roubo e furto praticados por usuários da política de assistência social.
  - (D) violência cometida por parte de autoridade pública.
  - (E) violência praticada por funcionário público.
- 
50. Na política social, sobretudo quando se refere ao enfrentamento da pobreza e à exclusão social, a defesa da intersetorialidade tem ocupado a cena dos debates com a compreensão de que
- (A) as estruturas setoriais existentes já respondem essa diretriz, não ocorrendo a necessidade da introdução de novas linhas de trabalho e objetivos, pois os atuais correspondem adequadamente.
  - (B) é algo natural e que ocorre de forma espontânea nas organizações públicas.
  - (C) é de natureza política, o que envolve o âmbito decisório, além do campo dos arranjos institucionais e da dimensão técnico-operacional.
  - (D) se trata de um mecanismo de gestão que deve ser construído, mas que está inserido e restrito ao âmbito das práticas operativas e metodologias de trabalho.
  - (E) implica mudanças nos processos de trabalho, no planejamento e na gestão das políticas públicas e que está ligada somente à forma como ocorre essa construção no campo dos arranjos institucionais.
- 
51. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) prevê, em seu artigo 43, a reavaliação da manutenção, da substituição ou da suspensão das medidas de meio aberto ou de privação da liberdade e do respectivo plano individual, que pode ser solicitada a qualquer tempo, a pedido da direção do programa de atendimento, do defensor, do Ministério Público, do adolescente, de seus pais ou responsável. Justifica o pedido de reavaliação
- (A) a morte do adolescente.
  - (B) o desempenho adequado do adolescente com base no seu plano de atendimento individual, antes do prazo da reavaliação obrigatória.
  - (C) a realização de sua finalidade.
  - (D) a condição de doença grave, que torne o adolescente incapaz de submeter-se ao cumprimento da medida.
  - (E) o fato de o maior de 21 anos estar, em cumprimento de medida socioeducativa por ato infracional cometido após os 18 anos, respondendo a processo-crime.
- 
52. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) contempla princípios fundamentados nas normativas internacionais, constituindo-se numa importante conquista dos movimentos sociais, que trouxe uma mudança de paradigma em relação à legislação anteriormente em vigor, o chamado Código de Menores. O referido Estatuto
- (A) destina-se somente àqueles em situação irregular, por entender que a questão social é reflexo das desigualdades sociais vividas por crianças e adolescentes que se encontram nessa condição e que necessitam ser enfrentadas.
  - (B) reconhece o comportamento desviante dos mais pobres e a tendência natural à desordem, o que dificulta o seu convívio social, prevendo, dessa forma, o direito ao acolhimento institucional.
  - (C) fornece as bases para o seu efetivo funcionamento como instrumento de controle, transferindo para o Estado a tutela dos menores inadaptados, assim como estabelece, para tanto, a ação dos aparelhos repressivos.
  - (D) preconiza a doutrina da proteção integral, considerando que crianças e adolescentes encontram-se em situação peculiar de desenvolvimento como pessoas sócio-históricas que reagem às determinações sociais, mas que também são sujeitos de ações.
  - (E) institui o uso da expressão menor, reconhecendo o conceito de incapacidade na infância.



53. Iamamoto (2013), ao abordar a questão do “novo” no espaço profissional do Assistente Social, refere-se a uma mudança de rota na trajetória do Serviço Social, a ruptura com o conservadorismo nos rumos da renovação profissional. Essa mudança implica
- (A) a compreensão técnica atribuída a essa prática inscrita no contexto do mercado de trabalho, de modo a menosprezar as tarefas profissionais que são socialmente atribuídas ao Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho, considerando que é na mera recusa do Assistente Social que novos paradigmas paulatinamente vão sendo construídos.
  - (B) atuação nas brechas e nas concessões de um poder hegemônico e monolítico que está instalado, considerando estas como as possibilidades reais e efetivas apresentadas em conjunturas nacionais particulares.
  - (C) ater-se especificamente às determinações político-econômicas microscópicas para a implementação de estratégias de ação que deem nova direção social à execução de suas tarefas.
  - (D) ultrapassar a mera demanda institucional, redirecionando-a prioritariamente, ainda que não exclusivamente, pelos seus limites sociais no sentido de torná-la um reforço ao atendimento das reais necessidades sociais e estratégias de sobrevivência – materiais e sociopolíticas – dos grupos atendidos pelo profissional.
  - (E) estimular a participação controlada, dentro dos parâmetros da legalidade e da ordem, como uma das tecnologias postas a serviço da reprodução da força de trabalho e da difusão da ideologia dominante.
- 
54. O Marco Lógico é um instrumento utilizado para a elaboração, análise e gerenciamento de projetos. Há alguns passos sucessivos a serem seguidos no processo de elaboração de um projeto social e, dentre eles, encontra-se o diagnóstico que é compreendido como
- (A) a fase inicial em que deve ocorrer a verificação de que a ideia do projeto se coaduna com a missão e o planejamento da instituição.
  - (B) a etapa em que se formulam as hipóteses explicativas básicas e preliminares sobre a situação-problema.
  - (C) a etapa em que ocorre a identificação da oportunidade para uma ação estratégica com uma rápida sensibilização dos diferentes atores sociais e a mobilização das instituições potencialmente aliadas e parceiras no projeto.
  - (D) o exame da sustentabilidade política, técnica e financeira.
  - (E) a fase em que se realiza o levantamento de dados e informações que caracterizam as condições de vida dos potenciais beneficiários do projeto e a identificação das dinâmicas sociopolíticas, econômicas e culturais da realidade em que se vai intervir.
- 
55. A pesquisa em Serviço Social é uma estratégia de conhecimento e ação para o profissional. O Assistente Social, em seu cotidiano de trabalho, dispõe de dados referentes aos usuários atendidos, como sexo, idade, profissão, composição familiar, condições habitacionais, escolaridade, dentre outras informações contidas no cadastro do usuário. Esses dados
- (A) têm a finalidade de ser classificatórios para possibilitar a inclusão ou não dos usuários em programas sociais e devem ficar em cadastros arquivados e somente podem ser utilizados como subsídios para a pesquisa individualizada do usuário, devido à questão do sigilo profissional.
  - (B) permitem uma primeira identificação dos usuários. Faz-se necessária também a junção dos dados, analisando e compreendendo as causas, os significados e as possibilidades de ação, sendo necessário ainda considerar o protagonismo dos sujeitos, pesquisador e pesquisados, uma vez que a produção de conhecimento é também um fenômeno político.
  - (C) e demais informações disponibilizadas devem ser compilados, pois o foco da pesquisa é sempre quantitativo para explicitar o número de atendimentos prestados e o público beneficiário, a fim de subsidiar a necessidade ou não de ampliação da ação desenvolvida.
  - (D) devem ser repassados a um profissional da academia que tem o exercício da pesquisa como sua atribuição precípua, cumprindo um dos tripés da função da universidade (ensino, pesquisa e extensão) para que, dessa forma, possa subsidiar o profissional da “prática”.
  - (E) e demais dados estatísticos devem ser menosprezados, pois no processo de pesquisa é fundamental compreender as causas, os possíveis significados, e analisar alternativas de ação.
- 
56. Um Assistente Social é chamado para desenvolver um trabalho com famílias. Sua compreensão sobre a família deve ser a de que
- (A) há um padrão de funcionalidade almejado na estrutura da família, independentemente do lugar em que estão localizadas na estratificação social, fundamentado em pressupostos culturais que sustentam a família tradicional.
  - (B) há inúmeras famílias dotadas de passividade, baixa autoestima, resignação e dependência, aspectos estes que lhes são inerentes e devem balizar a proposta de trabalho.
  - (C) constitui um grupo de pessoas com laços consanguíneos e/ou alianças e/ou afinidades, e que se empenham umas com as outras de modo contínuo, estável e não casual.
  - (D) existe um modelo ideal de família no sistema capitalista, em que o trabalho social atua como ação modeladora de comportamentos e de valores.
  - (E) é a unidade doméstica, na qual o foco de intervenção é a mulher, eleita como porta de relação e parceria com o objetivo de fortalecê-la, considerando que, historicamente, recai sobre ela a responsabilidade pelos cuidados com os filhos.



57. Ao dispor sobre a inclusão e uso do nome social do profissional, a Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), nº 785, de 22 de dezembro de 2016, estabelece que
- (A) as/os profissionais travestis e transexuais fazem jus à inclusão do nome social junto à sua fotografia no anverso do Documento de Identidade Profissional, deslocando-se o nome civil para o verso.
  - (B) toda/o e qualquer profissional tem o direito à inserção do nome social no Documento de Identidade Profissional da/do Assistente Social.
  - (C) a utilização do nome social nas assinaturas decorrentes do trabalho desenvolvido pelas/os profissionais travestis e transexuais fica vedada, constando o nome social na carteira de identidade profissional.
  - (D) deverá ser utilizado, para efeito de tratamento profissional das/dos Assistentes Sociais travestis e transexuais, a exemplo de crachás, dentre outros, obrigatoriamente, o nome civil que consta no documento de identificação pessoal juntamente com o nome social e o número de registro.
  - (E) a utilização do nome social das/dos Assistentes Sociais travestis e transexuais, a exemplo de crachás, dentre outros, fica vedada, constando o nome social somente na carteira de identidade profissional.
58. A Resolução nº 556, de 25 de setembro de 2009, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) estabelece, em relação aos procedimentos necessários para a Lacração do Material Técnico e Material Técnico-Sigiloso do Serviço Social, que:
- (A) Nos casos de extinção do Serviço Social da instituição, o material técnico-sigiloso deverá obrigatoriamente ser guardado pelo próprio profissional responsável por este serviço, até aquela data, em sua residência ou em seu novo local de trabalho.
  - (B) Nas situações de demissão ou exoneração, o Assistente Social deverá incinerar todo o material técnico-sigiloso.
  - (C) O caráter confidencial das informações que o Assistente Social vier a receber em razão de seu trabalho deverá ser garantido pelo responsável da instituição, a quem caberá indicar com a menção "sigiloso" os respectivos documentos sigilosos.
  - (D) Nas situações de demissão ou exoneração, o Assistente Social deverá repassar todo o material técnico ao Assistente Social que vier a substituí-lo e o material sigiloso deverá ficar com o profissional que obteve as respectivas informações, que se responsabilizará por sua guarda.
  - (E) O ato de lacração do material técnico será anotado em "Termo" próprio, constante de três vias, que deverão ser assinadas pelo Assistente Social, agente fiscal ou representante do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), obrigatoriamente, e testemunhas, se houver.
59. O Assistente Social trabalha em equipe multiprofissional, em que atua, conjuntamente com outros profissionais. Dessa forma, sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o Assistente Social e outros profissionais, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), por meio da Resolução nº 557, de 15 de setembro de 2009, estabelece:
- (A) O Assistente Social, ao emitir laudos, pareceres, perícias e qualquer manifestação técnica sobre matéria de Serviço Social, deve atuar respeitando as normas legais, técnicas e éticas da instituição à qual está vinculado, e eventualmente pode ser obrigado a prestar serviços incompatíveis com suas competências e atribuições previstas pela Lei nº 8.662/1993, desde que sua chefia esteja de pleno acordo com o desenvolvimento das atividades a ele solicitadas.
  - (B) O entendimento ou opinião técnica do Assistente Social sobre o objeto da intervenção conjunta com outra categoria profissional e/ou equipe multiprofissional deve ser realizado de forma coletiva, sem necessidade de destacar a sua área de conhecimento separadamente, delimitando o âmbito de sua atuação, seu objeto, instrumentos utilizados, análise social e outros componentes contemplados na opinião técnica, pois no trabalho interdisciplinar todas as opiniões se misturam.
  - (C) Ao atuar em equipes multiprofissionais, o Assistente Social deverá emitir sua opinião técnica sobre o que é de sua área de atuação e de sua atribuição legal, assim como sobre as outras áreas de atuação de seus colegas de trabalho, pois é isso que configura o trabalho multi e interdisciplinar.
  - (D) No atendimento multiprofissional, a avaliação e discussão da situação poderá ser também multiprofissional, respeitando a conclusão manifestada por escrito pelo Assistente Social, que tem seu âmbito de intervenção nas suas atribuições privativas.
  - (E) Ao atuar em equipes multiprofissionais, o Assistente Social deverá respeitar as normas e limites legais, técnicos e normativos, buscando a prevalência de seus argumentos técnico-políticos junto às outras profissões, em conformidade com o que estabelece o Código de Ética do Assistente Social, regulamentado pela Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993.
60. A violência da pobreza faz parte da experiência cotidiana do Assistente Social. Nesse contexto, se depara com os impactos destrutivos das transformações em curso do capitalismo contemporâneo, que vão deixando marcas sobre a população empobrecida, como o aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregados de modo precário e intermitente, o desconforto da moradia precária. Ao se pautar na perspectiva crítica, sua intervenção profissional
- (A) valorizará o desenvolvimento de atividades que promovam e estimulem a cultura da dádiva familiar e comunitária para que as atitudes violentas sejam gradativamente substituídas pela solidariedade e cultura da paz.
  - (B) terá como prioridade atuar sobre as situações de "anormalidade" que afetam as famílias e indivíduos em situação de pobreza, como as crianças e adolescentes abandonados, autores de ato infracional, doentes físicos e mentais, interferindo para a correção de tais situações.
  - (C) primará pela viabilização da oferta de inúmeras atividades culturais, esportivas e recreativas desconectadas e desarticuladas, pois o objetivo é a necessidade de atividades que simplesmente ocupem as pessoas e não as deixem com o tempo ocioso para a prática de atos violentos.
  - (D) privilegiará o acesso à renda, pois esta é sinônimo de autonomia e automaticamente institui uma condição de igualdade dos indivíduos diante do mercado.
  - (E) partirá da compreensão de que está inserido em um terreno de disputa em que há necessidade de se estabelecer rupturas em seu cotidiano profissional e que estas não ocorrem sem resistência, sem enfrentamentos e, para tanto, constituem-se como desafio cotidiano a construção e a reinvenção de mediações capazes de articular a vida social das classes subalternas com o mundo público dos direitos e da cidadania.